

Congresso: debates, agora, só em agosto.

O Senado e a Câmara estão em recesso. No último dia de debates, ontem, mais críticas ao governo pela retirada da emenda

No último dia de sessões do Senado, o líder do PMDB, Humberto Lucena (PB), propôs, a convocação extraordinária do Congresso Nacional, durante o mês de julho, para o que se exige a adesão, em requerimento, de dois terços dos senadores e igual número de deputados. Com o encerramento do semestre, o Senado e a Câmara só voltam a funcionar normalmente a partir de agosto, sendo remotas as possibilidades de sucesso do requerimento de convocação extraordinária.

Lucena conseguiu as assinaturas de todos os oposicionistas (22 do PMDB, um do PTB e um do PDT), mas, dentre os representantes do PDS, obteve o apoio de apenas três senadores. O requerimento precisa de 46 assinaturas de senadores.

No campo legislativo, o semestre no Senado não apresentou grandes resultados, limitando-se à aprovação de poucas matérias importantes, como o projeto que institui o novo Código Penal (Parte Geral) e o que estabelece a Lei de Execução Penal.

Ao contrário dessa produção extremamente fraca, os debates em plenário assumiram dimensão, principalmente a respeito do problema sucessório e dos escândalos na área financeira oficial, denunciados pelos parlamentares.

Diretas

A Câmara dos Deputados encerrou ontem o semestre parlamentar — só voltará a realizar sessões a partir de 2 de agosto — com vários discursos de protesto contra a retirada da emenda presidencial, e com alguns deputados oposicionistas já voltando sua atenção para o dia 8 de agosto, quando nova tentativa será feita para aprovar as **Diretas-Já**.

“O que existe de fato neste país” — afirmou o líder de plantão no PMDB, Virgildálio

de Senna (BA) — “sob o governo Figueiredo, o mais inepto, o mais despreparado, o mais incapaz presidente que esta república já suportou, é o desastre nacional generalizado. Agora, realizou-se o pior dos desastres: o colapso político. O governo, que já havia perdido o apoio da maioria da população, perde agora, no parlamento, a sua maioria. E vê-se obrigado a retirar a única proposta política que de fato pretendia oferecer ao País”.

Contestou-o o deputado Nílson Gibson (PE), em nome da liderança governista, lembrando que “Figueiredo é o presidente da anistia, da eleição direta para governadores, do pluripartidarismo”. E Silveira Campos (GO), outro vice-líder governista, assinalou que, “além disso, ele foi uma das homens que mais contribuíram para arrancar o Brasil do subdesenvolvimento e levá-lo à condição de oitava potência mundial”. “Esta gente” — elevou a voz, voltando-se para a bancada oposicionista — “não comprehende que tem de aplaudir o presidente Figueiredo porque é preciso aperfeiçoar a democracia. Está aí a responsabilidade pela retirada da emenda: o radicalismo, a intransigência, a ignorância, o despreparo”.

Entre outros, criticaram o presidente da República pela retirada da emenda: Arthur Virgílio Neto (PMDB-AM), Lélio Souza (PMDB-RS), Osvaldo Nascimento (PDT-RS), Mário Frota (PMDB-AM), Aldo Arantes (PMDB-GO) e Rubem Figueiró (PMDB-MS). Este último assim conclui suas palavras: “Início este recesso de julho preocupado. Será que a paciência do povo permitirá ao Congresso e ao Planalto acertarem cicamente os passos no mês de agosto?

O gaúcho Lélio Souza defendeu o imediato restabelecimento da campanha popular pró-diretas em todo o País como forma de garantir a votação, pelo Congresso, dia 8 de agosto, da emenda do deputado Teodoro Mendes (PMDB-SP), que prevê as **diretas-já**.

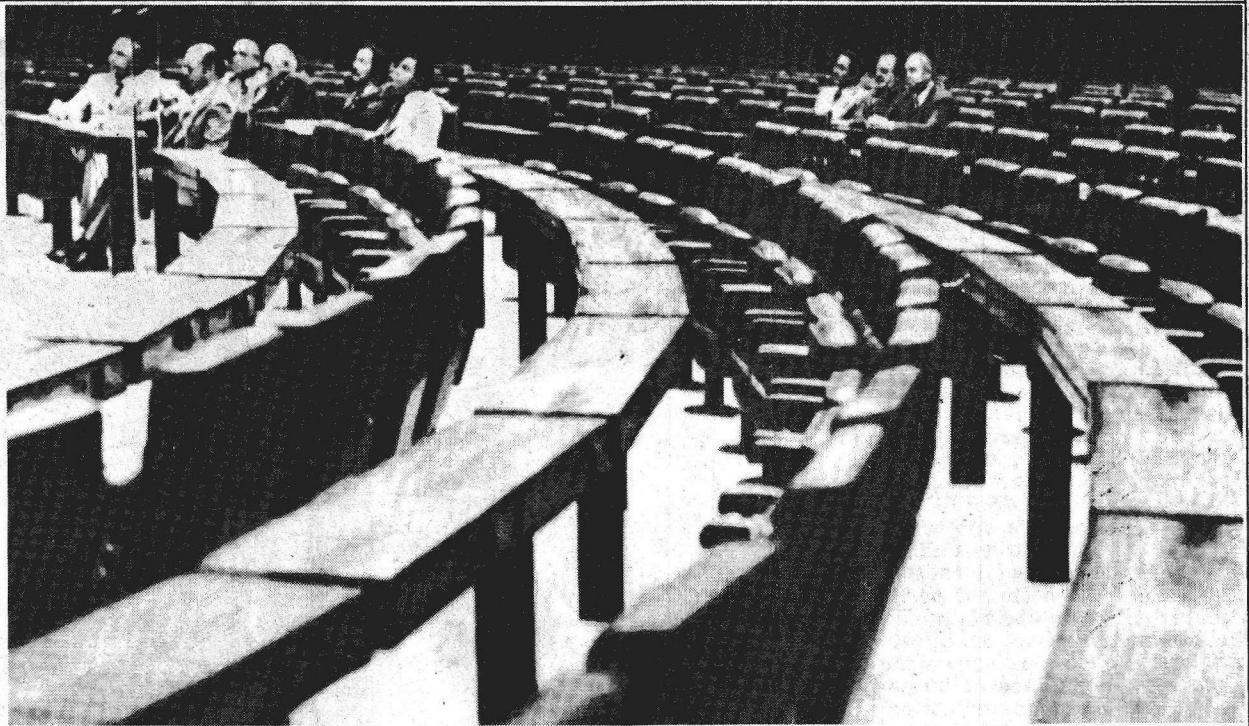
Mas, pelas normas vigentes, essa emenda só será incluída na ordem do dia mediante requerimento de todas as lideranças — e a do PDS, sem dúvida, não deverá assinar a solicitação. Além disso, o deputado Nelson Marchezan, líder do PDS, não acredita que a oposição se vá esforçar muito em favor da emenda Teodoro Mendes:

— Os partidos, agora, vão voltar-se para o problema sucessório e esperar a emenda Teodoro Mendes, em agosto; significa submeter-se a uma possível alteração de plano, fato que realmente não acredito. De qualquer maneira, é uma tese do PMDB e não me cabe opinar muito. Para mim, o mais grave e o mais sério continua sendo a oportunidade que se perdeu, através da emenda Figueiredo, de se restabelecer eleições diretas para presidente em 1988, e as de prefeitos das capitais logo. Isso sem falar em todo aquele elenco de benefícios e vantagens que tinha a emenda, que vão desde a ampliação dos direitos da pessoa humana até o aumento das prerrogativas do Congresso.

Opinião a favor, opinião contra. O secretário do Planejamento do Estado de São Paulo, José Serra, reconhece que realmente havia outros benefícios que não o das **diretas-já**, mas, desiludido, chega a pensar que esses benefícios foram apenas um chamariz:

— Depois do que aconteceu, penso que outras medidas progressistas, como por exemplo no campo tributário, foram colocadas apenas como chamariz para uma negociação que nunca se pretendeu fazer. Portanto, a emenda foi enviada apenas para estabelecer confusão no momento em que se discutia a Dante de Oliveira.

Para o senador José Sarney, ex-presidente do PDS, a retirada da emenda “e de todos os seus benefícios” deixou uma lição: a necessidade do entendimento.



O Congresso, vazio até 31 de julho.